

Braga nos tempos da I República

ressonâncias sócio-culturais



ficha técnica

CATÁLOGO

EDIÇÃO
Câmara Municipal de Braga
CITECEM

DESIGN GRÁFICO
Rui Prata

© TEXTOS
Fátima Moura Ferreira

© IMAGENS
Respectivos arquivos

PESQUISA ICONOGRÁFICA
Fátima Moura Ferreira
Catarina Basso Miranda

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Gráfica Vilaverdense, Lda.

ISBN
978-972-98562-7-3

DEPÓSITO LEGAL
318082/10

1.ª Edição
Outubro 2010

EXPOSIÇÃO

PRODUÇÃO
Câmara Municipal de Braga/Cultura

MONTAGEM E ILUMINAÇÃO
José Pereira e Luís Correia

DIGITALIZAÇÃO
José Pereira

IMPRESSÃO
ZEFcolor, lda.

MOLDURAS
Bracara Mouldura

ORGANIZAÇÃO



República Republicanismos

A aspiração inter-classista perseguida pelo Partido Republicano, desde os alvares do processo de formação do novo agrupamento político (1876-1883), recebe expressão na Revolução do 5 de Outubro de 1910. A opção republicana congrega, nos primeiros anos de Novecentos, intelectuais, franjas das classes médias, tradicionais e emergentes, segmentos do pequeno funcionalismo estatal e civil, sectores do operariado industrial e artesanal, o que denota o perfil sociológico eminentemente urbano do ideário e do programa republicanos. O poder de atracção e de mobilização do Partido Socialista, auto-proclamado Partido da Classe Operária (1875), apresenta-se incomparavelmente menor face ao seu congénere rival, atendendo à fraqueza quantitativa do operariado industrial moderno (Catroga, 1991, v. 1).

Os sinais de desgaste político e de crise do rotativismo monárquico acumulam-se nos inícios do século XX. Espelham-no a instabilidade governativa e a indisciplina partidária e parlamentar que se repercutem nas cisões dos partidos rotativos e na ampliação do espectro das forças monárquicas (Partido Regenerador Liberal, Dissidência Progressista, criação do Partido Nacionalista), agravadas pelas disputas internas entre facções partidárias. A radicalização do combate político assume novos contornos. Assim o sugerem as sessões tumultuosas que têm lugar no Parlamento, a intensidade e a agressividade da propaganda republicana e de outras forças revolucionárias, as dinâmicas aguerridas movidas pelo universo crescente da imprensa periódica multicolor, fortemente polarizada.

O poder sedutor do novo imaginário político republicano, materializado na intensidade das manifestações de propaganda e no crescimento das dinâmicas políticas e culturais associativas (centros e clubes republicanos, Associação Promotora do Registo Civil), é potenciado pela conjuntura que marca o triénio final da Monarquia Constitucional. Frustrada a solução reformista de relançamento da Monarquia, protagonizada pelo governo de João Franco (1906-1907), a entrada do governo em ditadura (1907-1908) afigura-se explosiva: à crispação da luta político-partidária somam-se manifestações de protesto político e social, lideradas por sectores e instituições representativos da vida pública portuguesa.

No seu conjunto, estas manifestações prefiguram uma sintomatologia de crise sociopolítica e institucional, mais ou menos generalizada, que tem na capital o seu epicentro, mas que regista ecos noutras cidades do país. O dramatismo do regicídio, seguido pelo estabelecimento do governo de aclamação nacional, não interrompe a onda de descrédibilização que o regime monárquico acusa na capital.

Dir-se-ia que o espectro da crise multifacetada finisse secular gera o seu impacto em diferido (Matos, 2002). Apesar da aparente distância temporal, a crise de 1890-1892 lança sementes que irão fortificar nos primeiros anos de Novecentos. Com efeito, a par da imposição do imaginário cultural decadentista sobre o país e a nação, forjado pela intelectualidade e amplamente disseminado entre a opinião pública, emerge uma nova geração republicana – a chamada *Geração do Ultimatum*. A renovação do contingente de simpatizantes e apoiantes da causa republicana faz-se acompanhar por novos protagonistas, que ascendem, a breve trecho, a figuras de primeiro plano da elite republicana. A estratégia da conquista do poder por meios revolucionários afirma-se, em 1909 (Congresso do Partido Republicano, Setúbal).

No entanto, os sinais de diversificação das dinâmicas societárias, nos principais núcleos urbanos, acentuam-se na viragem do século. Reflectem-se na disseminação de novas práticas e expressões sociabilitárias (formais e informais)ⁱ e na circulação dos valores identitários das classes médias.

É certo que pelo seu potencial ameaçador da ordem, o recrudescimento da questão social se apresenta como o indicador mais emblemático e preocupante. Traduz, à escala da realidade portuguesa, a ameaça do perigo social, cenário sobretudo omnipresente do ponto de vista teórico, desde os meados dos anos 60 do século XIX, por via da reflexão intelectual e universitária, que assume agora expressões mais acutilantes. Testemunham-no o agravamento dos conflitos capital-trabalho, a intensificação do fenómeno grevista, especialmente virulento na capital, a ameaça advinda da exclusão da participação política de franjas populares crescentemente politizadas, sobretudo em Lisboa e na margem sulⁱⁱ.

Como contraprova assinala-se a ênfase que o ideário sobre as políticas de defesa da sociedade receberá entre a legislação do governo revolucionário republicano. Os pupilos da República constituem um acto simbólico desse propósito, no quadro da legislação da protecção de menores (1911), prolongada a outros campos da legislação social – assistência pública, criminalidade, educação, em linha de continuidade com as preocupações ecoadas no discurso parlamentar monárquico finisse secular (Ferreira, 2010).

O espectro de crise da sociedade liberal apresenta, como assinalámos atrás, uma sintomatologia plural, indiciada, nomeadamente, através da dinamização do tecido associativo. Este regista um impulso afirmativo nos anos 90 que se consolida nas décadas seguintes (Lousada, 2004: 30-35; Goodolphim, 1889), ainda que concentrado nas cidades de Lisboa e do Porto, por excelência. Nele convivem agrupamentos de índole diversa. Em paralelo às agremiações de traçado marcadamente político, que encontram no dispositivo legal da associação um meio de contornar a repressão que se abate sobre as forças exteriores ao campo monárquico, outras proliferam. Filiam-se, na esteira do passado, em propósitos mutualistas e de previdência, aliados a preocupações de defesa de interesses de classe, na linha do crescimento que as agremiações de classe registam a partir de 1891 – ano de publicação do diploma que autoriza a constituição legal destes agrupamentos.

Na perspectiva da análise em que nos situamos, mais do que sublinhar o significado que os grupos mutualistas revestem enquanto prenúncios da organização futura do movimento operário (Pereira, 1981), interessa-nos relevar o seu sentido coevo. Constituem, por um lado, expressões das insuficiências e contradições do modelo socioeconómico liberal, potenciadas pelas dinâmicas de aceleração do capitalismo industrial e financeiro internacional. Denotam, por outro lado, sintomas de afirmação da sociedade civil que procura encontrar meios alternativos aos incipientes canais de apoio social

(Estado), em larga medida confinados às fórmulas de assistência e de beneficência tradicionais, afectas à religião e à Igreja. Daí a importância de que se reveste o voluntarismo enquanto princípio orgânico basilar destas agremiações (cfr. Pinto, 2000). E, na mesma linha, as manifestações que tendem a caracterizar o espectro das práticas associativas, ainda que sujeitas à perseguição de fins particulares (profissionais, de classe, empresariais, recreativos e culturais, assistenciais, confessionais, cívicos).

Concentrando-nos nas associações populares de recorte sociocultural, os meios de intervenção apresentam-se similares. A valorização da instrução e da educação dos associados afigura-se uma constante, através de um extenso programa que engloba aulas nocturnas, palestras, sessões de debate, espaços de leitura e propostas de criação de bibliotecas. De realçar, ainda, o valor atribuído à aprendizagem de regras de urbanidade e de convivialidade mediante a partilha de espaços de convívio e de inter-acção na sede associativa (jogos, festas, espectáculos teatrais e musicais), a par da promoção de práticas de lazer no exterior (excursões, piqueniques, encontros regionais). O critério de agremiação assente no vínculo do trabalho pretende contribuir para irradiar entre o grupo mais vasto, a família, laços de solidariedade e inter-ajuda entre pares e iguais, contrariando os efeitos nefastos advindos do modelo atomista da sociedade liberal. E fá-lo tomando como referente o modelo sociabilitário das classes médias, representado, designadamente, pelos clubes que visam congregar a sociedade distinta, à dimensão local (Bernardo, 2001).

Os sinais de modernidade social e política que despontam, ainda que timidamente, acasalam-se com a matriz cultural do ideário e do projecto republicanos. A aspiração tendente a transformar o país rural, analfabeto e tradicional, segundo os valores da contemporaneidade, arrastando concomitantemente o progresso material e social, converte-se num emblema poderoso, embebido na mística optimista e providencialista que a ideia da República congrega – em especial, nos diminutos centros que registam dinâmicas sociais modernizantes. No demais território do país, em particular nas cidades de província, a veiculação desses valores realizar-se-á através de ínfimos nichos republicanizados que encontram na imprensa polarizada o canal de ligação com as tensões do mundo da política, o mesmo é dizer da capital. Em sentido análogo actua a rede restrita e dispersa de clubes e de associações republicanizadas com o fim de captar prosélitos e diversificar a base social de apoio do movimento. Os líderes locais do ideário republicano sugerem a pertença social ao universo eclético das classes médias, mormente filiado entre as fracções das profissões letradas, das profissões liberais [veja-se o exemplo de Braga (Sousa: 2004)].

Em breve, o triunfo da Revolução do 5 de Outubro, em Lisboa, é acompanhado pela republicanização do país ...

Braga nos tempos da I República: ressonâncias socioculturais

É neste horizonte sociohistórico que se inscreve a trama narrativa da exposição que se apresenta. O seu fim apresenta-se assaz delimitado. Pretende ilustrar ecos da República em Braga, a partir de um olhar sobretudo focalizado nos ecos dos valores sociopolíticos e culturais do regime, veiculados através da imagem fotográfica – produzida nos estúdios e por fotógrafos da cidade. Daí a digressão parcelar que se apresenta.

A fotografia constitui uma fonte socialmente selectiva, condição que partilha similarmente com outros materiais históricos. Importa, não obstante, evocar algumas das especificidades que a singularizam. Entre outras, aponte-se a compassada diversificação dos objectos e temas retratados pelos estúdios fotográficos da cidade, largamente condicionada pelo impacto dos constrangimentos técnicos, mas também económicos, que pautam a divulgação da actividade. Gradualmente, a procura ditada por fins predominantemente privados amplia-se. A popularização do registo fotográfico caminha a par com o aumento paulatino das solicitações externas (jornalísticas, propagandísticas, publicitárias), reflectindo os valores e os interesses socialmente imperantes (Pinheiro, 2006).

O espaço público conquista uma manifesta visibilidade, em contraponto com o passado da fotografia portuguesa finissecular. E através dele o espectro temático das imagens diversifica-se, veiculando representações valorativas coevas sobre práticas e gestos sociais. As manifestações reputadas como modernas multiplicam-se, ainda que correspondam, na maioria das vezes, aos efeitos de vulgarização social, imbuída na marca distintiva que a representação fotográfica visa projectar. Em contraponto, as continuidades, os quotidianos rotineiros e tradicionais são omissos, norma geral, apesar de preponderantes. Daí as ausências que sobressaem no itinerário visual traçado, sobretudo notórias no que concerne às vivências e às sociabilidades dos grupos populares. Tome-se, a título de ilustração exemplar, a omissão de que são alvo as tabernas, excluídas do registo fotográfico, em sintonia com as imagens depreciativas que sobre elas são tecidas pela documentação escrita. Justamente porque configuram espaços de lazer e de convívio tidos como desprestigiados e reputados como focos de miséria social, de sinal contrário aos fins moralizantes perseguidos por agentes plurais apostados, por diversos canais, na generalização de comportamentos societários modernizantes. Em larga medida, os tempos da I República potenciarão esse discurso e a generalização crescente desses valores.

Diríamos que os indivíduos e os grupos são os actores, por excelência, do itinerário visual delineado. Intentam, no seu conjunto, exprimir manifestações plurais sobre vivências sociais nos tempos da I República, ainda que filtradas sob o prisma privilegiado de segmentos socioprofissionais que perseguem estratégias de reforço identitário e de afirmação profissional (professores, médicos, advogados). Em análogo sentido caminham as expressões que veiculam a popularização de práticas recreativas, em sintonia com a divulgação dos modelos identitários das classes médias. Os valores do individualismo demoliberal, ecoados através da prática simbólica do retrato, misturam-se com os valores fundados na solidariedade e na cooperação social, fundadores matriciais do ideário social que a República aspira implementar e do modelo de sociedade harmónica que visa consagrar.

A ênfase da educação e das políticas sociais constitui uma das bandeiras simbólicas dos fins perseguidos pelo regime republicano, questão ampliada, a seu modo, pelas restrições fixadas à participação política através dos limites

colocados ao sufrágio eleitoral (1913). O adiamento da emancipação política dos cidadãos é justificado, na óptica dos políticos republicanos, por força dos imperativos e condicionalismos socioculturais que a sociedade portuguesa patenteia. A agressividade da política laicizadora, lançada nos alvares do regime, contribui para o mesmo fim: acelerar o processo de modernização social, mediante a quebra do poder de influência da religião e da Igreja. Em larga medida, o desígnio legislativo plural republicano, nos domínios assinalados, ficará aquém do ambicionado pelo legislador - facto a que não será alheia a conjuntura de marcada instabilidade política que norteia o ciclo republicano, agravada pelos efeitos da participação portuguesa na I Grande Guerra e pela conflitualidade latente gerada pelas questões religiosa e social.

Os ritmos sociais não se comprazem com as lógicas e os ritmos do tempo político. O peso das realidades socioeconómicas citadinas e da região mantêm-se inquebráveis. Bastará evocar, a este respeito, a amplitude que o fenómeno emigratório regista à escala distrital, com especial incidência, a partir dos anos 90 de Oitocentos, com impacto considerável na quebra do crescimento demográfico, registada na década de 20. Braga conservará, aliás, o seu traçado ruralizante, artesanal e comercial. Não obstante, a cidade exprime sintomas tímidos de dinamização social.

Em 1925, por exemplo, o universo dos eleitores de Braga representa cerca de 16% da população total da cidade, repartindo-se pelas freguesias de S. Vítor (912), S. Lázaro (755), S. João do Souto (689), Sé (526), Maximinos (416) e Cividade (244)ⁱⁱⁱ. A cidadania política circunscreve-se à população masculina de maior idade (21 anos) que “sabe ler e escrever” (lei eleitoral de 1913). A dimensão restrita do segmento eleitoral citadino deve ser, porém, matizada. À escala do país, o distrito de Braga figura entre aqueles que apresentam valores superiores à média nacional no que respeita à população recenseada e à população alfabetizada, de acordo com dados referentes a 1915 (cf. Bernardo, 2002: 99).

A malha social fragmentária da cidade sugerida pelos cadernos eleitorais espelha um espectro socioprofissional diversificado, pontuado pela existência de contrastes notórios. O universo dos eleitores patenteia dois grandes segmentos sociais. De uma banda, as fracções ecléticas das classes médias que englobam os representantes do poder económico (proprietários, comerciantes, capitalistas e industriais); as profissões letradas e especializadas (professores, médicos, juristas, profissões técnico-científicas, jornalistas, enfermeiros, farmacêuticos, estudantes); os oficiais militares; os representantes da Igreja; o funcionalismo superior (público e municipal); os serviços privados superiores (banca, seguros). De outra banda, as camadas associadas às fracções populares, pese embora a ambiguidade que transcorre das auto-classificações socioprofissionais: artesãos e operários artesanais e industriais; empregados comerciais e do comércio ambulante; funcionários menores afectos ao funcionalismo (público e municipal) e ao sector privado; forças militares e da ordem pública; trabalhadores rurais (em número, consideravelmente, escasso: jardineiros, hortelãos) e jornaleiros. Certamente, os traços de continuidade com a estratificação social do passado recente encontram-se bem presentes (cfr. Cruz, 2009), sem contrariar a vulgarização, ainda que tímida, das classificações que versam sobre as profissões emergentes que tendem a protagonizar, plausivelmente, os valores societários republicanos.

Neste sentido, vejam-se as mudanças que perpassam as configurações classificatórias patenteadas pelos almanaques distritais, numa perspectiva comparativa, assente em três momentos cronológicos (1896, 1903, 1923), que dão expressão paulatina às lógicas profissionalizantes. Apontem-se, por último, os ecos de diversificação tímida registado pelo trabalho feminino, de acordo com indicadores relativos a 1923. À continuidade da presença das mulheres nos ramos tradicionais de eleição (educação, assistência e saúde, na qualidade de parteiras) e no âmbito do estatuto distintivo aliado à

condição de proprietárias (fundiárias e de empresas comerciais ou artesanais), despontam sinais, manifestamente marginais, que as enquadram no sector dos serviços (correios e telégrafos) e no exercício da medicina.

Das linhas expostas, justifica-se realizar uma digressão breve, de teor vincadamente exploratório, tendente a captar sinais da dinamização do tecido associativo. A cidade e o distrito evidenciam-no, em linha de continuidade com o passado recente associativo local e seguindo as tendências observadas à escala nacional, atrás referidas.

O universo parcelar das agremiações recenseadas, a partir da exploração dos fundos arquivísticos públicos, entre os anos 90 do século XIX e o *terminus* da década de 20, de Novecentos, sugere-o marcadamente. Com efeito, a rede sumária de associações do passado, filiada em propósitos mutualistas e de classe (Rosendo, 1996: 350, 376)^v, diversifica-se tanto em termos tipológicos como em termos quantitativos – excluindo do universo da análise as agremiações beneficentes de matriz religiosa, incomparavelmente superiores em número e em termos de unidade político-administrativa (freguesia). Porventura, a mudança qualitativa afigura-se, particularmente, significativa, enquanto índice de vulgarização das novas práticas e sociabilidades que a cidade e as suas gentes experienciam – como o sugere o registo fotográfico, não obstante deixar transparecer, ainda que de forma lateral e velada, o peso imperante da ruralidade através do vestuário e dos trajes tradicionais.

Focalizemos a atenção, num primeiro momento, nas agremiações cívicas, culturais e recreativas, porque emblemáticas da vulgarização do novo, remetendo, para um segundo plano, as associações políticas, operárias e do patronato, animadas por fins e propósitos mais especializados.

Vale a pena atender ao exemplo paradigmático da *Liga de Defeza e de Propaganda de Braga*, associação cívica, criada em finais da Monarquia (1909). Vocacionada para o “foment[*o* do] progresso moral e material da cidade de sua região”, evidencia um programa global que pretende actuar sobre domínios de intervenção, patrocinados tanto pelas autoridades públicas como por entidades privadas. Dir-se-ia que nada lhe escapa dentro de um horizonte lato de supervisão cívica dos destinos da cidade, que faz sobressair um modelo de política urbana articulada. Desfilam, nestes termos, preocupações relacionadas com as políticas sociais, traduzidas no combate à mendicidade, no apoio à assistência, na dinamização da rede de instrução, no incentivo à construção de bairros operários. Do mesmo modo, não lhe são estranhas preocupações de foro económico tendentes a contribuir para a aceleração do crescimento do tecido produtivo da região. A prosperidade da cidade é concebida como um todo harmonioso, meio de dinamizar, nomeadamente as suas potencialidades turísticas. Mas note-se que uma idêntica valorização perpassa as referências sobre o património artístico e paisagístico da região e as estâncias de lazer e termas minhotas. Estas são, aliás, afins às tecidas a respeito do desenvolvimento da rede hoteleira e de restauração bem como à generalização de um modelo de educação assente numa matriz histórico-cultural (art. 1º, alíneas a-l, dos Estatutos)^v.

O impulso da Liga Bracarense acusa, por sua vez, ressonâncias na cidade de Guimarães, através da constituição do *Grupo de Propaganda “Por Guimarães”* (c. 1910), reconvertido na futura *Sociedade de Defeza e Propaganda de Guimarães* (1929). Seguir-se-ão iniciativas congêneres localizadas em pólos turísticos e/ou com potencialidades históricas da região (Caldas de Vizela, Gerês, Póvoa de Lanhoso), nos finais dos anos 20, que reproduzem, no seu conjunto, intenções similares às expressas pelos estatutos da Liga Bracarense. Ao mesmo tempo, não deixam de ecoar as preocupações veiculadas pelos executivos republicanos em torno da rentabilização económica da actividade turística, que se espraiaram em iniciativas legislativas e na fixação de uma rede orgânica de serviços (Brito, 2003).

É nesta ambiência valorativa que se enquadra o projecto do “Parque da Ponte” (1923), iniciativa de empresários da cidade, que conta com o apoio camarário, tendente a ampliar a oferta das manifestações de lazer e turísticas da cidade, de

acordo com os parâmetros de vulgarização dos espaços lúdicos em curso nos pólos de eleição. Apesar do fracasso último da iniciativa, esta não deixa de denotar a sintomatologia em favor da valorização das actividades de lazer e da organização dos tempos livres, mormente tendo presente os propósitos mais vastos que encerravam, numa perspectiva de desenvolvimento humano integral (Corbin, 1995).

Os anos 20 atestam, com efeito, um crescimento notório das associações de recorte exclusivamente desportivo, à escala distrital. Contabilizámos catorze agremiações fora da capital de distrito, valor ligeiramente superior ao universo recenseado relativo apenas à cidade de Braga (12), número que, provavelmente, não abarca a totalidade dos centros desportivos existentes na região. Não raras vezes, os agrupamentos vocacionados para a prossecução de objectivos mais vastos, albergam subgrupos afectos a valências particulares, desportivas ou culturais. A *Juventude Católica de Braga* ilustra esse cenário, ao contemplar um Grupo Desportivo (instituído legalmente em 1926) e um Grupo Dramático. De forma plausível, o quadro seria comum a outros núcleos, denotando o impacto de uma dinâmica associativa eficiente, questão a merecer uma investigação mais densa sobre a temática.

A evolução do traçado associativo da actividade desportiva na região bracarense, entre as décadas de 10 e de 20, tende a seguir as coordenadas observadas à escala nacional. O recorte generalista dos primeiros agrupamentos cede lugar à especialização das actividades desportivas. A primazia auferida pelos clubes de futebol, a breve trecho, permite rotulá-lo como o desporto popular por excelência. Não obstante, assinalem-se a existência de outros núcleos associativos desportivos que patenteiam práticas então em voga e mais generalizadas. Ilustram-no os clubes de caçadores (Braga, Celorico de Basto, 1912; Taipas, 1924; Vila Verde, convertido em clube de Tiro, em 1925), o Clube Velocípede, os especializados em actividades aquáticas e piscatórias (*Club Fluvial de Esposende*, 1926) e os que revestem um perfil mais elitista (*Racing Club de Barcelos*, 1926). Registe-se, em todo o caso, que os estatutos dos clubes desportivos veiculam as coordenadas matriciais da lógica associativa ao consignarem propósitos mais vastos relacionados com a vertente educativa e socializante dos seus associados.

A dimensão sociocultural patenteada no precoce *Club Bracarense* (1879), de acordo com a sua designação futura, tende a vulgarizar-se, ao sabor das dinâmicas do tempo. Exemplificam-no a criação de entidades congêneres, designadamente o *Club Fafense* (1910), o *Vizela Club* (1918) a *Sociedade de Harmonia Gereziana* (1923), ou o *Club Recreativo Democrático de Vizela* (1925). A raridade da informação documental conservada nos arquivos públicos sobre estes centros não nos permite estabelecer ainda coordenadas precisas relativas a um eventual processo de popularização destas agremiações. Os indícios de que dispomos apontam nesse sentido, hipótese, como referimos, a confirmar numa investigação mais detalhada de recorte monográfico, que entre outras variáveis, atenda ao traçado social dos associados e às práticas associativas.

O interesse pela actividade teatral ilustra sinais de especialização e de autonomização, na esteira da constituição da *Associação Dramática Bracarense* (1927) e do *Grupo Dramático Minhoto Artístico* (1928), que caminham a par com os sinais de dinamização da actividade no interior de associações de recorte mais vasto. O registo de sociedades musicais (bandas musicais e orfeões) apresenta-se, por seu turno, praticamente ausente (excluindo a inventariação da *Sociedade Recreativa Musical Landinense*, 1929). Porventura, pelas dificuldades acrescidas que a prática musical impõe, ao exigir formação especializada, traindo, a seu modo, o seu perfil mais elitista. A cidade patenteia um número significativo de professores e professoras de música, no âmbito das balizas cronológicas que presidem a este estudo exploratório. O

interesse tendente a dinamizar a prática musical, porém, não se encontra ausente. Informações dispersas sugerem que a dinamização da actividade musical não passou despercebida às autoridades, mormente no contexto dos alvares do regime republicano, atendendo às potencialidades culturais e de desenvolvimento criativo e humano, suscitadas pela prática musical. O que se compreende, atendendo à presença e centralidade da música nas festas populares e profanas, a cargo, designadamente, das bandas militares, e a importância que os grupos corais religiosos, desempenhavam nas respectivas cerimónias (Coro de N. S^a Abranches, reforma do estatutos em 1912/1660).

Do registo sucinto traçado sobre o universo parcelar das associações cívicas, desportivas e culturais importa relevar uma vertente, até ao momento, silenciada: a dimensão apolítica e neutra em matéria religiosa comum aos núcleos registados. O que sinaliza um sintoma de vitalidade da sociedade civil, que transcende os palcos privilegiados do combate político e social que atravessam o ciclo republicano. O mesmo equivale a denotar a abertura do espaço social concomitante à emancipação e valoração identitárias, segundo fórmulas de inter-acção e de sociabilidade, despojadas das estruturas de enquadramento dominantes (Religião, Partidos Políticos e Família).

Por último, as agremiações que exprimem as dinâmicas da modernidade sociopolítica. À escala distrital recenseamos sete clubes políticos republicanos (com designações plurais, localizados em Braga, Vila Verde Taipas, Guimarães (2), Barcelos, Lordelo), nove associações operárias (incluindo agremiações de classe) e quatro associações patronais (de proprietários, industriais e agrícolas, sedeadas em Braga (2), Vila Nova de Famalicão e Lordelo). As associações católicas – ainda que inscritas sobre a fórmula de associações culturais e recreativas – afiguram-se inscritas no recorte nas agremiações políticas, tendo presente as modalidades de intervenção e os fins perseguidos. Os estatutos da *Associação Católica da Freguesia de Travassos* (1923) afiguram-se exemplares pela explicitação objectiva dos fins políticos almejados. Subjacentes à organização de “cursos nocturnos de ensino literario gratuito” (art.º 9, Estatutos de 1923), encontram-se as contrapartidas auferidas pela direcção: “obrigar ao recenseamento eleitoral” e “aconselhar o uso do direito de eleitor” (1º e 2º, do art. 11º). O programa de acção é concebido como um projecto de organização da vida do jovem, modelado pelos princípios da religião católica, que termina com o apoio em termos de colocação profissional. Os meios facultados são congéneres a outras agremiações. Mormente, aos clubes republicanos que, paralelamente ao programa de intensa doutrinação política e educativa, enfatizam o desenvolvimento de práticas de solidariedade entre os seus membros, inclusive de promoção de assistência. Daí que a organização de missões de instrução se encontre prevista, nomeadamente às freguesias rurais, testemunhando a circulação de modelos entre agrupamentos rivais (*Centro Regional da Freguesia do Prado, Vila Verde*, 1913).

Tudo somado, percebe-se que no tom e na forma, esta exposição que agora se abre a Público, “Braga nos Tempos da I República”, sob a égide do Centenário da República, convida a uma viagem onde as imagens se desdobram em sons de uma modernidade à procura dos seus ritmos.

ⁱ Por constrangimentos da natureza do registo indique-se apenas um dos títulos precursores do estudo desta problemática Agulhon, 1977.

ⁱⁱ V. a síntese oferecida sobre a temática e os seus desenvolvimentos no contexto da I República por Samara (2010).

ⁱⁱⁱ Arquivo Distrital de Braga (ADB) , *Cadernos de Recenseamento Eleitoral de 1925 do Distrito de Braga*.

^{iv} Do universo de 12 associações mutualistas relativas a Braga, inventariadas por Rosendo, algumas das quais evidenciam um perfil híbrido, importa acrescentar as agremiações de classe (1), patronais (2), profissionais (1), religiosas (2) culturais, recreativas (1) e de bombeiros (2) instituídas até 1903, que totalizam 21 núcleos associativos.

^v O que evidencia a concepção modernizante que atravessa o traçado associativo, no seu conjunto. Vale a pena assinalar, pela sua raridade, que a admissão de associados se encontra aberta à participação de mulheres, que gozam da qualidade de sócios de pleno direito, na condição de satisfazerem os respectivos encargos financeiros e os critérios exigidos (art. 3º, Estatutos de 1909).

Fundos documentais

Estatutos – Associações Políticas, Sociais e Culturais, Recreativas AHGD

Núcleo do Governo Civil - Secção Distrito Administrativo ADB

Cadernos de Recenseamento Eleitoral dos Distrito de Braga, 1925 ADB

Almanaques Distritais de Braga, 1896, 1903 e 1923

Bibliografia Citada

Agulhon, Maurice (1977), *Le Cercle dans la France Bourgeoise, 1810-1840. Étude d'Une Mutation de Sociabilité*, Paris, Fayard.

Bernardo, Maria Ana (2001), *Sociabilidade e Distinção em Évora na Segunda Metade do Século XIX. O Círculo Eborense*, Évora, Cosmos.

Bernardo, Maria Ana (2002), "A Dinâmica dos Recenseamentos Eleitorais no Final da Monarquia e na I República. Uma reflexão em torno de duas variáveis: alfabetizados e emigrantes", *Penélope*, 27, 93-124.

Brito, Sérgio Palma (2003), *Notas sobre o viajar e a Formação do Turismo*. Lisboa, Medialivros.

Capela, José Viriato; Nunes, Henrique Barreto (2010), *Braga – Roteiros Republicanos*, Lisboa, Edição da CNCCR.

Catroga, Fernando (1988), "O laicismo e a questão religiosa em Portugal (1865-1911) ", *Análise Social*, 100, 211-273.

Catroga, Fernando (1991), *O Republicanismo em Portugal: da formação ao 5 de Outubro*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2 vols.

Corbin, Alain (1995), *História dos Tempos Livres. O advento do lazer*, Lisboa, Teorema.

Cruz, Maria Antonieta (2009), "Eleições da Regeneração à República – Participação e Exclusão", Maria Antonieta Cruz (org.), *Eleições e Sistemas Eleitorais: Perspectivas Históricas e Políticas*, Porto, Universidade do Porto, 85-124.

Ferreira, Fátima Moura (2010), "Representações sobre a Delinquência dos Menores e a Criança a Proteger: entre os campos da Justiça e da Assistência", in Maria Marta Lobo de Araújo et al (orgs.), *Pobreza e Assistência no Espaço Ibérico (Séculos XVI-XX)*, Braga, Citcem, 49-68.

Goodolphim, Costa (1889), *A Previdência*, Lisboa, Imprensa Nacional.

Lousada, Maria Alexandra (2004), "Tradição e Renovação nas Associações Profissionais", in João Freire (org.), *Associações Profissionais em Portugal*, Oeiras, Celta, 21-54.

Matos, Sérgio Campos (coord.) (2002), *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa.

Melo, Daniel (2010), "A força do povo: photomaton do associativismo popular", in José Neves (coord.), *Como se faz um povo*, Lisboa, Tinta da China, 353-367.

Pereira, José Pacheco (1981), "As origens do movimento operário no Porto: as associações de classe (1851-1870) ", *Análise Social*, 65, 135-151.

Pinheiro, Nuno Avelar (2006), *O Teatro da Sociedade: fotografia e representação social no espaço privado e no público*, Lisboa, Centro de Estudos de História Contemporânea e Social.

Pinto, António Costa, Almeida, Pedro Tavares de (2000), "On the Liberalism and the emergence of Civil Society in Portugal", Bermeo, Nancy; Nord, P. (orgs.), *Civil Society before Democracy*, Nova Iorque, Rowman & Littlefield, 3-12.

Ramos, Rui (2001), *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

Rosendo, Vasco (1996), *O Mutualismo em Portugal. Dois Séculos de História e suas Origens*, Lisboa, Montepio Geral.

Sousa, Amadeu José Campos de (2004), *Braga do entardecer da Monarquia ao tempo da 1ª República (1890-1926)*, Braga, Casa do Professor.

Agradecimentos:

Arquivo Distrital de Braga e Arquivo Histórico do Governo Civil de Braga

Chiara Frau e Francisco Azevedo Mendes